



GT 13. Antropologia dos direitos e das moralidades: Estado, "violência" e

Coordenador(es):

Flavia Medeiros Santos (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Lucia Eilbaum (UFF - Universidade Federal Fluminense)

O GT debaterá práticas, sentidos e valores associados a processos de configuração da “violência de estado” nas suas dimensões políticas, sociais e morais. Consideramos “violência” como categoria local, relacional e polissêmica, interessando discutir etnografias que analisem processos e/ou casos classificados como violência e como esta categoria têm efeitos na produção de direitos, moralidades e nas práticas de intervenção estatal e/ou paraestatal. O GT terá como questões: como se constroem práticas e moralidades em torno da categoria violência de estado?; como são criados, manipulados, incorporados, legitimados e/ou naturalizados dispositivos que resultam em processos e/ou casos definidos como violência de estado?; como se estabelecem movimentos sociais e processos políticos de demanda por direitos humanos e luta contra a violência de estado?; como casos denunciados como violência de estado repercutem? Esperamos trabalhos que analisem a relação entre violência de estado e direitos humanos, sua profundidade e continuidade histórica e categorias que lhe dão forma em processos sociais singulares. Em especial, etnografias que discutam práticas estatais e dispositivos de intervenção (burocráticos, judiciais, policiais, administrativos); processos de demandas e mobilização por direitos, considerando regimes políticos distintos e; contextos de demanda por justiça, verdade, memória, reparação, e denúncia de violência institucional, extermínio, terrorismo de estado e genocídio.

?É guerra todos os dias!?. As violências de estado e as lutas por reconhecimento no Quilombo da Família Machado (Porto Alegre/RS)

Autoria: Alexandre Peres de Lima (Instituto de Colonização e Reforma Agr)

?É guerra todos os dias!? ? esta é a síntese feita por uma liderança do Quilombo da Família Machado em Porto Alegre, em suas lutas por reconhecimento. ?Guerra? essa travada em diversos encontros com segmentos estatais e encaradas violentas. Interpelar um segmento estatal é passível de gerar conflitos e mesmo violências. O ponto de reflexão é pensar a violência percebida por essas lideranças quilombolas como o desdobramento e generalização de uma série de violações feitas por estes segmentos do estado. Acionar e demandar políticas públicas (saúde, saneamento, segurança pública, regularização fundiária), do ponto de vista dessa comunidade podem gerar situações e impasses classificados como conflitos de repercussão duradoura na memória e na subjetividade destas pessoas. Desrespeito, desconsideração, humilhação físico-moral entram em um campo mais amplo de discussão sobre violências. E aqui chega-se a seguinte questão: entrar em conflito por demandas de políticas públicas com segmentos estatais pode tornar-se uma categoria de violência? Essa é uma discussão promovida por movimentos sociais negros no Brasil contemporâneo, desde os fins dos anos 1970, e explicam as violências contra a população negra através da ausência de políticas públicas para essa população. Neste work apresento como essas lideranças quilombolas, em seus sistemas abertos às alteridades, incorporam novas percepções sobre o mundo adequando-os contextualmente a luta local do grupo, construindo uma percepção sistêmica das noções de (e relacionadas às) desigualdades, o estado e as violências. Proponho, também, pensar essa noção nativa de ?guerra? como um campo de lutas e mobilizações contínuas e constantes na construção de uma política quilombola em enfrentamento com os segmentos estatais na busca por consideração, respeito e reconhecimento. Estas reflexões são feitas a partir do work etnográfico que desenvolvo atualmente para o Relatório Antropológico



de demarcação da comunidade quilombola Família Machado, como uma peça que irá compor Relatório Técnico Identificação e Delimitação, produzido pelo INCRA. E o próprio relatório antropológico nas condições da relação da comunidade com o estado pode virtualmente, também, ser um exercício de desconsideração do grupo?



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: